

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE DE REINserÇÃO SOCIAL

Geovana Meneghetti
Ana Cristina Cruz de Faria
Jayne Cecília Martins

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar os efeitos do Projeto Abrigo Institucional da Associação Ministério Melhor Viver na cidade de Ponta Grossa (PR) que busca a reinserção tanto social como no mercado de trabalho dos indivíduos em situação de rua. A análise é realizada a partir das relações entre as características socioeconômicas dos homens antes do programa e sua empregabilidade após ser tratado. Os principais resultados demonstram que o programa é eficiente na inclusão de 30% dos tratados no mercado formal. No entanto, não existem evidências que distinguem os indivíduos que estão ou não empregados após a participação no programa. Salienta-se assim a necessidade de políticas públicas voltadas para a inclusão destes indivíduos, destacando que projetos como este são uma ferramenta a ser conjugada com tantas outras atividades de assistência, juntamente com a vontade pessoal de cada cidadão de mudar sua própria realidade, e que essas pessoas necessitam aprender a buscar uma melhoria de vida a partir da assistência oferecida pela instituição.

Palavras-chave: População em situação de rua. Reinserção Social. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

This study aims to analyze the effects of the Institutional Shelter Project of Ministério Melhor Viver Association in Ponta Grossa city, State of Parana which seeks the social and labor market and reinsertion of individuals who live on streets. The analysis is based on the relationships between the social and economical characteristics of those men before the program and their employability after being treated. The main results show that the program is efficient with the inclusion of 30% of those men in the formal market. However, there is no evidence about those individuals who have been employed after participating in the program. The need of public policies for those individuals inclusion is highlighted, it is also emphasized that projects like this one are a tool to be used with many other assistance

activities, as well as with the personal will of each citizen to change their own reality, and then to seek a better life through the assistance offered by the institution.

INTRODUÇÃO

A população que vive na rua se constitui em um grande problema dos municípios brasileiros. Estudos indicam que há uma maior predominância desta população nos grandes centros, no entanto, cidades menores apresentam o mesmo problema com menores proporções. No Brasil, não existe uma estimativa oficial exata sobre essa população, isso ocorre devido ao fato de que as pesquisas populacionais brasileiras se baseiam em domicílios, ignorando assim os indivíduos que não possuem moradia. A pesquisa nacional mais recente sobre esta população foi realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e é intitulada Pesquisa Nacional sobre a População de Rua, sendo realizada no período de 2007/2008, a pesquisa contabilizou que existiam cerca de 46.000 adultos morando na rua no Brasil.

Diante da grande população de pessoas que vivem nas ruas do Brasil e dadas às dificuldades enfrentadas por estas pessoas, uma vez que não conseguem adquirir alguns direitos básicos por não apresentarem um endereço fixo, surgem algumas instituições com o intuito de auxiliar esta população, promovendo assim ações diversas, desde medidas alimentares, de saúde, emprego, renda e até moradia. Essa pesquisa aborda uma dessas instituições, o Projeto Abrigo Institucional da Associação Ministério Melhor Viver, que auxilia pessoas adultas do sexo masculino, moradores de rua. A associação atua na cidade de Ponta Grossa (PR), que possui uma população de rua, segundo o Cadastro Único do município, de 170 pessoas. No entanto, segundo os dados da associação Melhor Viver a população em situação de rua⁴⁶ no município no ano de 2013 eram de 1217 pessoas, mas somente 15% destes moram e tiram o sustento das ruas.

Diante das dificuldades enfrentadas e da crescente população, o presente estudo deseja analisar os efeitos gerados pelo programa de acolhimento da associação, dado que um dos principais objetivos do projeto é a reinserção dos indivíduos na sociedade e no mercado de trabalho. Assim, será analisada a relação entre as características socioeconômicas e o fato do indivíduo estar empregado após passar pelo programa.

Por se tratar de um tema multidisciplinar, existem estudos nas áreas de ciências sociais,

⁴⁶ Ao estimar a população em situação de rua devido às diversas definições existentes foram incluídos não somente os moradores de rua, mas também os indivíduos que fazem da rua seu sustento. Incluindo na pesquisa os moradores de rua, catadores de papel, prostitutas, trabalhadores itinerantes, trecheiros, entre outros.

direito e saúde. Destacam-se os trabalhos de Argiles (2012), Silva (2014) e Schweitzer (2017) que abordam estudos de casos sobre os moradores de rua e ainda os locais de assistência a estes, buscando analisar as características dos indivíduos atendidos pelos programas. Alguns trabalhos abordam ainda as questões de saúde relacionadas aos moradores de rua, Varanda et al (2004) destaca a importância do sistema único de saúde (SUS) na vida da população de rua. Já Mendes et al (2004), aborda a relação das clínicas voltadas para os moradores de rua e a relação com os direitos humanos. Não foi encontrado nenhum trabalho que visa analisar a relação do indivíduo após a passagem por um programa de reinserção social e de trabalho, destacando assim a importância do presente estudo. Apesar de ser um estudo de caso, a análise deste abre brechas para qual o melhor meio de tratamento para os indivíduos nesta situação.

No intuito de cumprir o objetivo proposto, o presente estudo está dividido em cinco partes incluindo essa introdução. A segunda parte aborda a fundamentação teórica do tema, contemplando alguns artigos e estudos encontrados sobre o tema, e ainda busca traçar alguns conceitos úteis para uma melhor compreensão a respeito desse grupo. A terceira parte analisa a metodologia empregada e a base de dados, a quarta parte os resultados encontrados a partir dos dados coletados e por último as considerações finais.

1. Fundamentação Teórica:

2.1. Um contexto da População em situação de rua:

De acordo com o Decreto Nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009, conceitua-se população de rua como grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Mattos et al (2008) colocam que alguns cidadãos, em discursos muito comuns, afirmam que as pessoas vivem nas ruas porque são fracassadas, malsucedidas, pois não abraçaram as oportunidades que a vida lhes concedeu. Essas concepções, no entanto, são muitas vezes, acompanhadas pela convicção de que a situação de rua é de responsabilidade individual, escamoteando os processos sociais implicados no fenômeno.

Bauman (1998) afirma que com um crescente setor da população que provavelmente nunca reingressará na produção, e não mais existirá no Estado do Bem-Estar, o exercício dos direitos dos cidadãos transformam-se no estigma dos incapazes e imprevidentes.

O Poder Público deveria cumprir com a sua incumbência de preparar o desempregado (com crescentes dificuldades econômicas) a reassumir seu posto de trabalho, tornando a mão de obra novamente empregável, onde os “desempregados” deixariam de ser um “exército de reserva da mão de obra” (Bauman, 1998).

Estar em situação de rua não está ligado somente ao fato de se viver em países subdesenvolvidos, Bauman (2001) nos traz dados da Europa rica que tem 3 milhões de desabrigados, 20 milhões de pessoas excluídas do mercado de trabalho e 30 milhões vivendo abaixo da linha da pobreza. O mercado não é mais uma garantia de auto enriquecimento, envernizando a pobreza com a humilhação e com a negação da liberdade de consumo.

Conforme D'Ávila OGG (2014), o surgimento da população em situação de rua se dá no decorrer da história com o desenvolvimento capitalista gerado, dentre outros eventos, pelo neoliberalismo e pela criação do sistema fordista de produção, sendo maquinário e produção em série, primordiais para a pauperização da oferta e condições de trabalho para a população.

Na literatura, outros fatores são associados ao fato de o indivíduo estar em situação de rua, como questões familiares e problemas com álcool e drogas. Snow et al (1998), destacam que a falta de apoio e o suporte familiar são a principal causa deste estar na rua. Segundo estes autores, o papel da estrutura familiar é salientado devido ao seu papel determinante na criação de vínculos entre os indivíduos e a sociedade, no aprendizado destes em relação aos outros e ainda na noção de lar. Na existência de pouco ou nenhum vínculo com a família, o indivíduo se sente desamparado e a sua probabilidade de ir para a situação de rua aumenta.

A ida para rua, correlacionada a questões familiares ocorre principalmente quando os indivíduos se tornam muito onerosos para suas famílias, devido à dependência de álcool e/ou substâncias químicas, ou ainda problemas mentais. Nestes casos eles são considerados um problema para suas famílias. Já em outros casos a família é o problema: ao se encontrar em um lar tão problemático e abusivo, o indivíduo prefere abandonar o lar e viver nas ruas. O problema de abandono familiar é ainda mais grave nos casos em que as pessoas nunca tiveram apoio da família.

Snow et al (1998) concluem que a falta de apoio familiar é uma condição decisiva para os indivíduos estarem em situação de rua, salientado que a família é o principal agente de socialização e o criador do vínculo entre a sociedade e o indivíduo. Assim, a falta da família corrobora em grande parte na ida para as ruas.

Diversos autores salientam a relação entre o abuso de álcool e drogas e a situação de rua. Este problema atua em duas vertentes como causa da ida para rua, ou ainda para a manutenção do indivíduo em situação de rua. Snow et al (1998), Prates et al (2012) e Mendes et al (2014) abordam que o fato de o indivíduo ser dependente destas substâncias implica na recorrência de ida para as ruas, devido ao fato de não conseguirem manter um emprego, uma residência e ainda não conseguirem apoio de assistências sociais e da família.

Honório (2016) destaca que o problema de abuso de álcool e drogas é uma característica marcante dos moradores em situação de rua, e ainda impede a reconciliação familiar. Assim, muito utilizam as drogas como fuga da realidade, por não suportarem o vazio da própria existência, associando assim o uso de drogas à difícil interação no ciclo familiar e social.

Diante das teorias encontradas destaca-se que condições econômicas, tais como emprego e renda, além de relações familiares e ainda abuso de drogas e álcool são as características mais frequentes das pessoas em situação de rua, no entanto, não podemos afirmar que somente estes fatores estão associados à ida para as ruas, dado que esta decisão é tomada a partir de um conjunto de fatores.

2.2 Classificações dos grupos de pessoas que moram nas ruas:

Conforme a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua (2007/2008), gerada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), ambas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), verificou-se que os motivos que levam as pessoas a morar nas ruas são: 35,5% para alcoolismo e/ou uso de drogas; 29,8% para perda de emprego; e 29,1% em função dos conflitos familiares. Das pessoas entrevistadas, 71,3% citaram ao menos um dos três motivos e muitas vezes os relatos citaram motivos que se correlacionaram a esses itens também. Cabe lembrar, que apesar de não muito comum, descobriu-se pessoas que escolhem por viver nas ruas, quer seja por violências e abusos domésticos ou desentendimentos dentro da família. A explicação obtida na pesquisa é de que “essa escolha está relacionada a uma noção (ainda que vaga) de liberdade proporcionada pela rua, e acaba sendo um fator fundamental para explicar não apenas a saída de casa, mas também as razões da permanência na rua”.

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2007/2008), encontraram-se três grupos existentes:

- a) Os moradores de rua: são aquelas pessoas que moram embaixo de viadutos, marquises; ou seja, não dormem em abrigos e/ou albergues públicos.
- b) Os moradores em situação de rua: são aquelas pessoas pobres e sem uma moradia convencional, moradores de favelas que estão sujeitas a ficarem sem casa a qualquer momento.
- c) Os trecheiros: são pessoas que circulam pelas rodovias, de cidade em cidade, a pé, sobrevivendo de trabalhos temporários e de eventuais ajudas filantrópicas.

Há dois anos, o Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo, identificou um novo grupo:

- d) Os escondidinhos: que são os regressos de presídio, que usam roupa de marca, mas se escondem no meio da população em situação de rua para realizar seus delitos.

2.3. Índices da População em Situação de Rua no Brasil:

Vítimas de inúmeros estigmas, os moradores de rua somavam aproximadamente 101,8 mil no Brasil em 2015, deste total, estima-se que dois quintos (40,1%) habitavam municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitavam em municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. (IPEADATA, 2016)

De acordo com a maior parte das pesquisas realizadas sobre população em situação de rua, afirma-se que a maioria das pessoas que está nas ruas é da própria cidade ou região de origem. Essas pessoas apresentam em suas vidas, histórias de desemprego e trabalhos instáveis e precários, sentimentos de fracasso e de impotência.

2.3.1 Índices da População em Situação de Rua em Ponta Grossa:

No Município de Ponta Grossa, o total de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda — aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, em setembro de 2017 era de 31.608 dentre as quais:

- 6.680 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00;
- 5.253 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00;
- 11.084 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo;
- 8.591 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Conforme a Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade, Ponta Grossa apresentava um total de 328 famílias em situação de rua e ao contingente desses moradores,

somava-se um problema ainda maior, pessoas que embora tivessem moradia regular, utilizavam-se das ruas como meio de sobrevivência, pois se encontravam em situação de pobreza extrema e interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e por consequência, sem vínculo social ou comunitário.

Ao levar em consideração a decisão do indivíduo iniciar o processo na participação de um Programa de Atendimento Individual da Associação Ministério Melhor Viver, cuja finalidade é a sua reinserção social integral, para tanto gostaríamos de estimar quantos dos usuários obtiveram sucesso em ser inserido no mercado de trabalho.

2.4. Conhecendo o Programa Associação Ministério Melhor Viver:

A Associação Ministério Melhor Viver foi fundada em 14 de dezembro de 2004, sem fins lucrativos, com o principal objetivo de atender a população de Ponta Grossa em situação de rua, risco e vulnerabilidade social.

Seus projetos visam o atendimento às necessidades básicas das pessoas, bem como, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, capacitação pessoal e profissional, oportunizando a construção de novos projetos de vida.

O serviço é denominado pelo Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome como sendo de alta complexidade, pois é desenvolvido através de acolhimento institucional em abrigo e para seu desenvolvimento atualmente são disponibilizadas 50 vagas.

Tendo em vista a multiplicidade de fatores causais, um atendimento sócio assistencial oferecido através do desenvolvimento de projetos, também se apresenta como um desafio, tanto para a equipe de profissionais, como para o próprio indivíduo, que se vê sem perspectivas de alcance de emancipação e autonomia.

Cada usuário do serviço se apresenta com uma gama de demandas de atendimento, que nada mais são do que o conjunto de situações problema, que foram ao longo dos anos se acumulando, sem atenção e conseqüentemente resolução adequada.

A forma de acesso dos usuários deste serviço pode acontecer de forma espontânea, ou através de encaminhamento das unidades da rede sócio assistencial do município, principalmente, através do Centro de Referência da Assistência Social (CREAS), e através da subsecretária de serviço especializado a população de rua.

O usuário normalmente participa de outros projetos pontuais, tais como abordagem social, de busca ativa e atendimento nas ruas, Centro de Convivência e fortalecimento de vínculos, de atendimento a necessidades básicas na própria instituição, antes de optar por

ingressar no abrigo em si. Ao tomar a decisão de sair das ruas, os indivíduos são acolhidos pela associação, com o apoio de uma equipe técnica formada por assistente social, psicólogo, educador social, além do coordenador do projeto.

Para iniciar com a participação neste processo, o usuário participa de um Programa de Atendimento Individual, cuja finalidade é a sua reinserção social integral. Inicia com o ingresso voluntário do usuário, que efetiva sua participação prestando as informações socioeconômicas atuais e que servem de base para o seu atendimento futuro. Inicialmente são verificadas suas necessidades básicas de alimentação e vestuário, em seguida sua condição física, de saúde e documentação civil.

Ao longo do período de permanência são elencadas as questões de saúde, documentação civil, situações de vínculo familiar, demandas jurídicas, escolar, qualificação e ocupação profissional. É realizado com cada morador um planejamento de ações com o intuito de prestar o atendimento a cada demanda, de acordo com as prioridades observadas, e num prazo de doze meses, concluir sua reinserção seja no mundo formal ou informal do trabalho, vivência em família, quando houver esta possibilidade, ou em novos grupos de afinidade, através de criação de repúblicas.

Este Projeto de Acolhimento Institucional para moradores de rua é o único desenvolvido nesta modalidade na cidade de Ponta Grossa. Pela qualidade do serviço prestado é ponto de apoio e referência até para os órgãos governamentais, como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP) e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), uma vez que as pessoas inclusas no programa necessitam de abrigos em virtude de sua condição de miserabilidade, vínculos rompidos, saúde precária, drogadição entre outros.

Cabe aqui citar que o atendimento tem sido efetivo nas demandas emergenciais de saúde, nas necessidades cívicas, e nos casos em que o uso de drogas não pode ser vencido isoladamente, sendo que são feitos os encaminhamentos para atendimentos em saúde, seja no pronto atendimento ou nos ambulatórios de saúde mental para a prescrição medicamentosa e acompanhamento terapêutico através do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS AD), possibilitando uma estadia saudável e abstinente sem riscos.

No primeiro mês de residência de cada usuário, já se pode reaver os documentos civis essenciais, sendo que em alguns casos como os de título de eleitor e terceira militar, acontecem atrasos devido a multas por irregularidades, que são sanadas de acordo com a

disponibilidade da Instituição em ressarcir ou em alguns casos conseguir isenção. A partir do segundo e terceiro mês, demandas como restauração de vínculos familiares e sociais são trabalhadas de acordo com a condição de cada usuário, e com a sua disposição. Muito dos usuários tem impedimento jurídico de proximidade com a família por motivo de desentendimento entre os pares, seja por violência doméstica, agressão física, pensão alimentícia. Nestes casos, a equipe técnica faz uma abordagem diferenciada com o usuário para que este não fique desmotivado a dar continuidade ao seu plano de reinserção.

As visitas semanais são um diferencial para a melhora das relações familiares, pois todos os domingos os usuários podem receber visitas de seus parentes. Nestes encontros percebe-se maior aceitação da família, pela condição favorável em que se encontram, e é neste contato que ocorrem planos para o momento de saída, e uma condução aliada ao projeto de reinserção.

Um dos desafios do plano de reinserção social individual é o retorno aos estudos, pois este público em específico tem dificuldades de retomada, por motivo de baixa ou nenhuma escolaridade, analfabetismo funcional entre outros.

A qualificação na área profissional e a preparação para ingresso no mundo do trabalho é o atendimento mais requisitado pelos usuários, pois compreendem que é a partir da conquista do emprego e conseqüentemente da autossuficiência que conseguirão a verdadeira reinserção familiar e social, que tanto almejam.

Baseada nas necessidades do usuário de inserção no mercado de trabalho, a Associação Ministério Melhor Viver oferece diversas possibilidades de capacitação profissional. Uma oportunidade é através de parceria com o Instituto Mundo Melhor, que disponibiliza uma plataforma na Internet de mais de 200 cursos, onde os alunos acessam o material, estudam e realizam a avaliação, e posteriormente recebem certificados de participação de quantos cursos conseguirem desenvolver e realizar. Com estas certificações, currículos são elaborados e tem um melhor potencial para ocupação de vagas profissionais. Os cursos são de diversas áreas de atuação profissionais tais como, limpeza e conservação de imóvel, manipulação, higienização e beneficiamento de alimentos, lavagem e esterilização de utensílios domésticos e industriais, auxiliar de cozinheiro, culinária, auxiliar de panificação e panificação, corte de barba e cabelo, digitação, inserção digital, garçom, servente de pedreiro, pedreiro, jardinagem, cultivo de horta, auxiliar no comércio, cuidador de idoso, entre outros.

Tendo em vista o perfil do público e dificuldade de criação de vínculos tem-se um acompanhamento de três meses após saída do projeto.

2. METODOLOGIA E BASE DE DADOS:

A análise dos dados foi empregada a partir da análise das estatísticas descritivas, aplicando análises de frequência, média e desvio padrão. Estas foram realizadas no intuito de conhecer as características da base de dados e ainda caracterizar as diferenças entre os indivíduos que estão empregados após o tratamento e os que não estão mesmo após a passagem pelo programa.

Os dados foram disponibilizados pelo Projeto Abrigo Instituição Masculino Adulto da Associação Ministério Melhor Viver, e referem-se aos usuários do programa de reinserção social no ano de 2015. A amostra contém 144 observações, cada uma representando um único indivíduo.

Os dados foram coletados através de informações do banco de dados da Instituição. A partir do Quadro 1 é possível observar as variáveis utilizadas no presente estudo.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas no estudo:

Variáveis	Descrição
Idade	Variável contínua que apresenta a idade dos homens participantes do programa, variando de 20 a 66 anos.
Estado Civil	<i>Dummies</i> que representam o estado civil, apresentando quatro categorias: solteiro, casado, viúvo e divorciado.
Escolaridade	<i>Dummies</i> dos ciclos completos de escolaridade, sendo três categorias: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.
Vínculo Familiar	Dummy que apresenta valor 0 se não possuem vínculo familiar e 1 caso contrário.
Filhos	Dummy que apresenta valor 0 se não possuem filho e 1 caso contrário.
Drogas	Dummy que apresenta valor 1 se o indivíduo já utilizou drogas, 0 caso contrário.

Moradia Própria	Dummy que apresenta valor 0 se não possuem moradia própria, 1 caso contrário.
Renda	Dummy que apresenta valor 0 se não possuíam renda familiar, 1 caso contrário.
Profissão	Dummy que apresenta valor 0 se não possuem profissão, 1 caso contrário.
Mercado de Trabalho	Dummy que apresenta valor 1 se o indivíduo estiver trabalhando após o programa e 0 caso contrário.
Passou P/ Trat.	Dummy que apresenta valor 0 se não passou no centro de reabilitação de drogas, 1 caso contrário.

Fonte: Elaboração própria das autoras. Todas as variáveis coletadas foram coletadas pelas assistentes sociais do programa durante a passagem dos indivíduos pelo programa.

3. Perfil dos Indivíduos atendidos pelo Programa:

Segundo a Pesquisa Nacional sobre a População de Rua, no ano de 2008 a população residente na Rua no Brasil era de cerca de 45.000⁴⁷ indivíduos. Já foi mencionado que no município de Ponta Grossa (PR), segunda a secretaria de assistência social, existem cerca de 170 pessoas em situação de rua. A população de rua brasileira é caracterizada por ser em grande maioria do sexo masculino, aproximadamente 82% segundo a pesquisa nacional. Já segundo a Associação Melhor Viver que traçou um perfil da população de rua no município de Ponta Grossa em 2013, os homens representavam 75% da população de rua.

No intuito de analisar as relações entre mercado de trabalho e os indivíduos participantes do Projeto Abrigo Instituição Masculino Adulto da Associação Ministério Melhor Viver, foi utilizada uma amostra de 144 homens que fizeram parte do programa no ano de 2015. Sendo os principais objetivos do programa o estímulo do ganho de bem-estar para seus participantes através de oficinas, alimentação adequada, reiteração social e no mercado de trabalho.

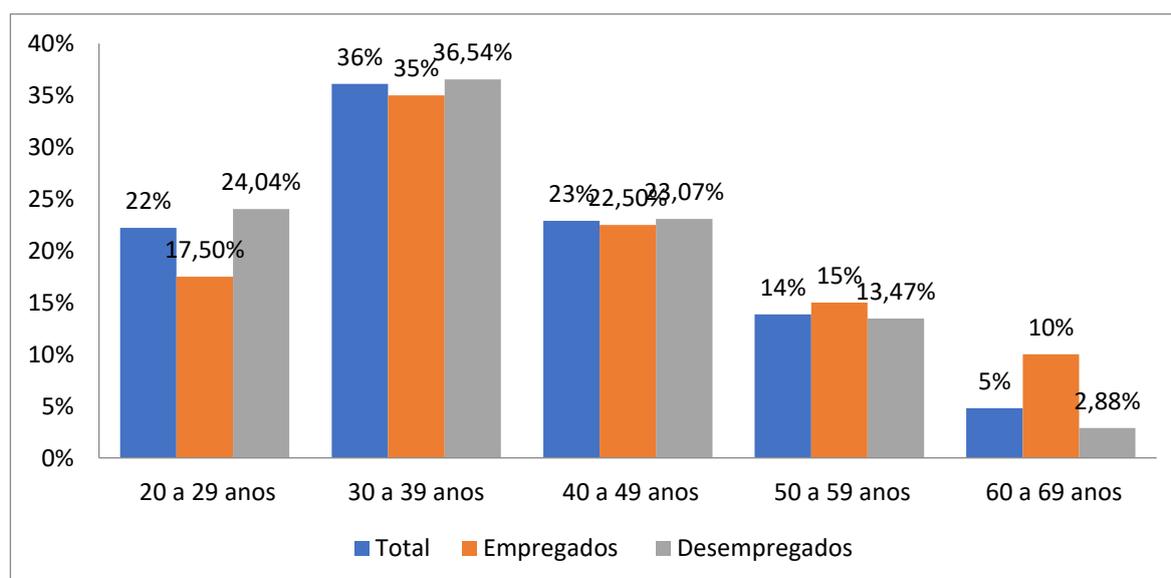
Ao realizarmos uma análise dos participantes do programa, percebe-se que se encontram em situação de pobreza extrema, interrupção ou fragilidade dos vínculos

⁴⁷ A pesquisa constatou o total de 31.322 pessoas em situação de rua, salientando que apenas os indivíduos com idade acima de 18 anos foram pesquisados, no entanto as cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre não participaram da pesquisa que analisou todas as demais capitais e municípios com população acima de 300.000 habitantes. As cidades não foram pesquisadas devido à existência de pesquisas já no município, onde em São Paulo constatou-se 10.399 adultos em situação de rua, já Belo Horizonte 1.164, Recife 1.390 e Porto Alegre, 1.203.

familiares e em condição de rua. Por isso, o programa se preocupa em reinserir o indivíduo na sociedade e também garantir que a pessoa possua emprego e conseqüentemente renda, possibilitando que assim o indivíduo possa quebrar o ciclo da pobreza. Desta forma, no ano de 2015, do total de 144 indivíduos atendidos, 40 homens estavam empregados após o programa, ou seja, 27,77% dos ingressantes conseguiram após o programa auferir renda e emprego formal.

Diante do resultado do programa sobre os indivíduos, é necessário analisar a relação das características individuais com a empregabilidade após o programa. Assim, os homens possuem em média 38 anos e a faixa etária varia entre 20 a 66 anos. Em relação à idade a amostra é parecida com a nacional que apresenta faixa etária de 25 a 44 anos. A partir da figura 1, é possível observar as faixas de idade da amostra. Não existe diferença média significativa entre as idades dos indivíduos que estão trabalhando ou não.

Figura 1 – Faixa etária dos indivíduos que receberam o tratamento:

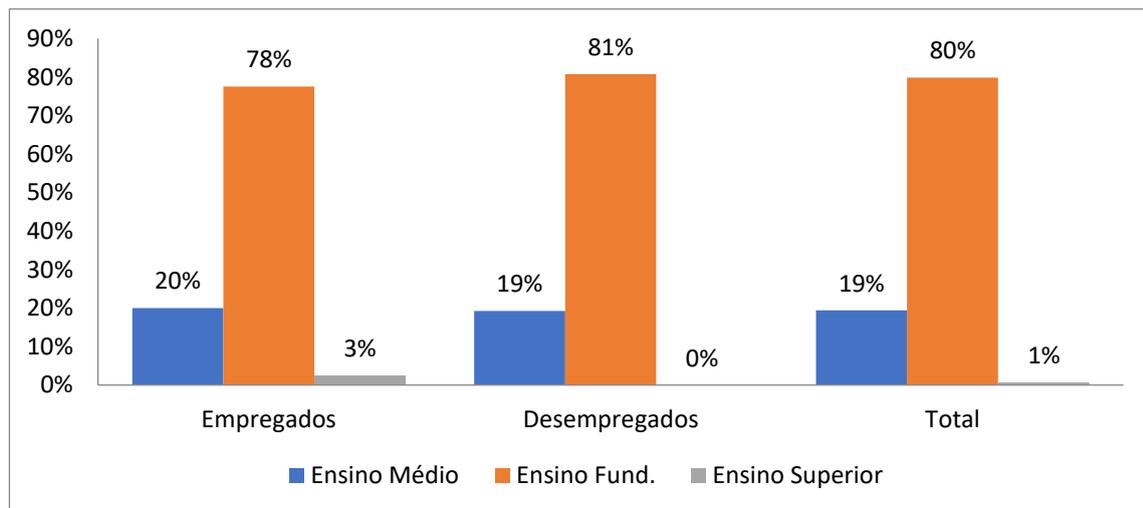


Fonte: Elaboração própria das autoras.

Em relação à escolaridade, na amostra, cerca de 80% possuem o ensino fundamental, 19,44% possuem ensino médio e apenas 0,69% ensino superior, salientando que apesar dos homens terem sido moradores de rua não existe nenhum analfabeto na amostra, sendo uma característica bem discrepante da realidade brasileira. A pesquisa nacional constatou que 74% dos moradores de rua sabia ler e escrever, 17,1% são analfabetos e 8,3% escreviam apenas o próprio nome.

Quando observado a relação entre escolaridade e emprego, na figura 2, os indivíduos em sua grande maioria possuíam o ensino fundamental completo ou incompleto, sendo 77,5% empregados e 80,76% desempregados. Comparando os 19,23% desempregados e 20% dos empregados que possuíam o ensino médio, apresenta-se semelhança entre os grupos. A relação entre escolaridade e emprego corrobora a análise de que todos os indivíduos da amostra que possuíam o ensino superior estavam empregados. Além da escolaridade cerca de 50% da amostra possuíam profissão. Mattos et al. (2008), destaca que a educação e a qualificação profissional são frequentemente atribuídas ao aumento da renda e a possibilidade de emprego. Mas segundo o autor essa afirmativa nem sempre é verdadeira, as questões de emprego estão mais ligadas a questões de oferta e demanda. Portanto, mesmo havendo a qualificação adequada, em momentos de baixa demanda por emprego o trabalhador fica em situação de vulnerabilidade.

Figura 2 – Análise do grau de instrução dos indivíduos que realizaram o tratamento.



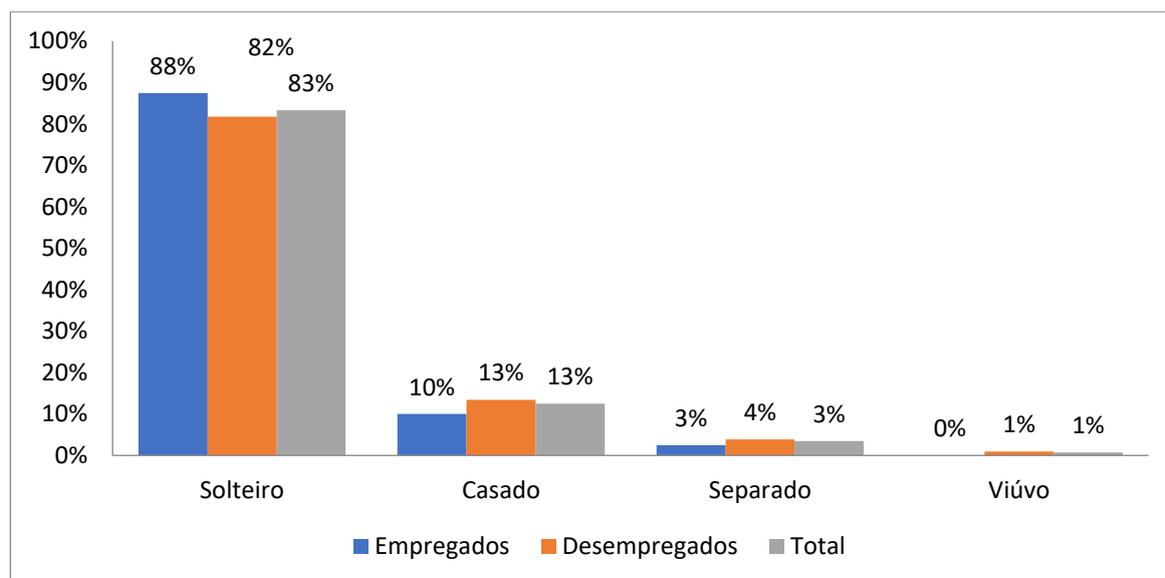
Fonte: Elaboração das próprias autoras.

Além das características dos indivíduos, muitas vezes a sua estrutura familiar está relacionada ao fato do indivíduo estar em situação de rua. Segundo Argiles (2012), a população residente a rua é bastante heterogênea, no entanto, a grande maioria encontra-se em situação de extrema pobreza e possui vínculos familiares fragilizados.

Na figura 3 é encontrada a relação entre estado civil e o mercado de trabalho. Ao analisarmos toda a mostra, 83,33% dos homens eram solteiros, 12,5% casados, 47% separados e 0,69% viúvos. Quando analisados em relação ao status de ocupação a relação é semelhante ao total, sendo na sua maioria solteiro. Além disso, a paternidade também foi

observada na amostra, 50,69% dos homens são pais, e 27,77% possuíam moradia própria, apesar de viverem em situação de rua. Ou seja, mesmo possuindo família e residência própria os indivíduos preferem ou são obrigados a morarem na rua.

Figura 3 – Análise do estado civil dos indivíduos que realizaram o tratamento.



Fonte: Elaboração das próprias autoras

Como já mencionado, a pesquisa nacional sobre os moradores de rua, afirma que os principais motivos declarados pelos indivíduos para estarem na situação de rua é o abuso de álcool e/ou drogas, o desemprego, e problemas com os familiares. A partir desta estimativa, podemos salientar que no presente estudo, estes três motivos podem ser associados, dados que do total de homens atendidos pelo programa no ano de 2015, 94% já usaram algum tipo de droga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da grande população em situação de rua no Brasil e a partir da análise das condições insustentáveis que vivem, percebe-se que a necessidade de estudos sobre este assunto se dá não apenas pela falta de trabalhos sobre a temática, escassez de banco de dados de pesquisas nacionais, mas também pela dificuldade de abordagem do tema, e ainda da caracterização dos indivíduos que compõem esta população.

No intuito de preencher essa lacuna, o presente estudo objetivou analisar os efeitos do programa de reinserção no mercado de trabalho e na sociedade dos indivíduos em situação de rua na cidade de Ponta Grossa (PR).

Os resultados encontrados destacam que 27,77% dos indivíduos que participaram do programa conseguiram ser reinseridos no mercado de trabalho. Apesar de ser menos de um terço da amostra, o fato de estar trabalhando após a passagem do programa salienta a importância de movimentos sociais aptos a intervir sobre as decisões que afetam as pessoas em situação de risco e fragilidade social. No que tange as características do perfil analisado, os homens tratados são bem homogêneos, não existindo diferenças significativas entre suas características socioeconômicas.

Os indivíduos atendidos pelo programa apresentam características semelhantes aos descritos pela pesquisa nacional, tais como o abuso de álcool e/ou drogas, desemprego, e problema com os familiares. A principal diferença se refere à escolaridade, os homens em situação de rua da cidade de Ponta Grossa apresentam níveis de escolaridade acima da média nacional, apresentando indivíduos que possuem ensino superior completo.

A partir destes resultados salienta-se a importância de políticas públicas voltadas para a reinserção da população em situação de rua. E ainda a necessidade da criação de medidas que garantam qualificação educacional e profissional de emprego e renda para estes. Com a conscientização de todos, inclusive da população em situação de rua, é que poderá haver uma transformação social na vida e na história de cada indivíduo que vive nessas condições, apontando para a construção, participativa e democrática, de uma Política Nacional, que consolide e aprofunde os avanços até aqui registrados na relação entre o Estado e a população em situação de rua.

REFERÊNCIAS

ARGILES, Mariglei dos Santos. **População Adulta em Situação de Rua: Da Invisibilidade Social ao Direito a ter Direitos**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Católica de Pelotas, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Capitalismo Parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Rua – Aprendendo a Contar**. Brasília, Dez-2009.

SILVA, A. C. R.; OLIVEIRA, J. Aglio. **Diagnóstico Acerca da População em Situação de Rua**: Um Estudo no CREAS POP do Município de Presidente Prudente. ETIC-Encontro de Iniciação Científica – ISSN 21-76-8498, v. 9, n. 9, 2014.

IPEADATA, São Paulo. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303&catid=10&Itemid=9. Acesso em: 13/11/2017

IPEADATA, São Paulo. Disponível em: www.repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf.

Acesso em: 13/11/2017

HONÓRIO, L. R. Orige. **Fatores que contribuem para a reincidência da População em Situação de Rua**: estudo de caso no centro de referência especializado para população em situação de rua (centro pop) no município de Araranguá/SC. 2016. 39 p. Conclusão de Pós-Graduação em Educação e Direitos Humanos (Pós-Graduação em Educação e Direitos Humanos) – Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Santa Catarina, 2016. Disponível em: <www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Luciangela.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2017.

MATTOS, Ricardo; HELOANI, Roberto; FERREIRA, Ricardo. **O trabalhador em situação de rua**: algumas ações coletivas atuais. Mental - ano VI - n. 10 - Barbacena - jan.-jun. 2008 - p. 103-122.

MENDES, Aline Aguiar; MACHADO, Maria Fernanda. **Uma clínica para o atendimento a moradores de rua**: direitos humanos e composição do sujeito. Psicologia: ciência e profissão, v. 24, n. 3, p. 100-105, 2004.

MENDONÇA, S. R. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 2004.

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf . Acesso em: 13/11/2017

MNPR - Movimento Nacional da População de Rua. Outubro/2010. Disponível em: www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf f. Acesso em: 13/11/2017

Panorama da Assistência Social no Município de Ponta Grossa. Disponível em: www.redeassocialpg.files.wordpress.com/2017/07/perfil-socioassistencial-2017.pdf.

Acesso em: 13/11/2017

SAWAIA, B. et al. *As Artimanhas da Exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Segunda edição. 2001.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. *A Rua e a Sociedade: articulações políticas, sociabilidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua*. Curitiba: 2011. Dissertação (mestrado em antropologia) – Universidade Federal do Paraná. Acesso em: 15/11/2017

MENDES, Célia Regina Pessanha; FILLIPEHORR, João. **Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida**: um relato de experiência no CAPS-ad. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 6, n. 1, p. 90-97, 2014.

NASCIMENTO, E. C. **A Exclusão dos Andarilhos de Estrada nas Políticas Públicas de Assistência Social**. 2013. *Psicologia Política*. pg. 319-336.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. **Populações em situação de rua**: Os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*, v. 11, n. 22, p. 191-216, 2012

SCHWEITZER, L.; SCHMITT, A.A. **População em situação de rua e trabalho**: relato de experiência. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 7, n. 1, p. 103-111, 2017.

SNOW, D. A.; ANDERSON, L.; VASCONCELOS, S. G. T. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. *Voices*, 1998.

VARANDA, W.; ADORNO, R.C.F. **Descartáveis urbanos**: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 56-69, 2004.